



CIDADE, CRIANÇAS E COVID-19: PERCEPÇÕES DO ESPAÇO URBANO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Luciana Herdy Messa ¹

RESUMO

Na contemporaneidade, a maior parte da humanidade vive nas cidades, tendo elas um papel ativo na maneira de as pessoas existirem no mundo. Perante a Covid-19, os ritmos dessas áreas foram alterados e os grupos invisibilizados, dentre eles, as crianças passaram por experiências diversas. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho foi conhecer as percepções das crianças referentes à cidade no contexto da Covid-19, amparado nos seguintes objetivos específicos: identificar apontamentos sobre a nova rotina e detectar sentimentos, angústias e impressões concernentes às restrições para o controle da doença. Nesta pesquisa, realizamos seis escutas com crianças entre quatro e 11 anos, de diferentes municípios brasileiros, ou seja, olhares construíram o que chamamos de “percepções do espaço urbano em tempos de pandemia”. De uma forma geral, os participantes destacaram a saudade da escola, das brincadeiras, dos amigos e de circular livremente. Ainda nas explanações, identificamos apontamentos mais direcionados aos espaços institucionalizados e menos aos espaços públicos. As produções evidenciaram crianças tuteladas na cidade, experimentando-a de maneira controlada, fragmentada, indicando o quanto esses grupos parecem distantes do chamado Direito à Cidade. As escutas revelaram a ansiedade em relação à pandemia, com destaque às incertezas geradas pelo momento. Em meio aos sentimentos mistos, também aflorou a esperança de uma retomada segura e de mudança. Pandemia, crianças e cidades parecem indissociáveis, até para enfrentarmos os desafios futuros.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Espaço urbano. Crianças. Covid-19. Quarentena.

ABSTRACT

Nowadays, most people live in cities and play an active role in the way people exist in the world. The rhythms of these areas were altered because of Covid-19, and the invisible groups, such as children, have gone through different experiences. Thus, this work aimed to know the perceptions of children regarding the city in the context of Covid-19, supported by the following specific objectives: identifying notes about the new routine and detecting feelings, anxieties, and impressions concerning restrictions to control the disease. We carried out six hearings with children between four and 11 years old, from different Brazilian cities, to construct what the work calls “perceptions of the urban space in times of pandemic.” In general, the participants highlight the nostalgia for school, games, friends, and the right to come and go. We also identified notes more directed to institutionalized spaces and less to public spaces. The productions showed children being raised in the city, experiencing it in a controlled, fragmented way, indicating how far these groups seem from the so-called Right to the City. The tapping revealed anxiety about the pandemic, highlighting the uncertainties created by the moment. Amidst mixed feelings, hope for change and a safe recovery also surfaced. Pandemic, children, and cities seem to be inseparable, even in terms of facing future challenges.

Keywords: Right to the City. Urban space. Children. COVID-19. Quarantine.

¹ Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Infâncias, Culturas Educação e Sociedade (GEPICES), CEFET, RJ, Campus Nova Friburgo. anaiculassem@gmail.com



INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre o espaço urbano, suas restrições e possibilidades, o Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2008) ocupa papel privilegiado. Vale lembrar que a maior parte da humanidade vive em cidades, tendo essas áreas papel ativo na forma de as pessoas “existirem no mundo”. Estreitamente associadas ao modo de produção capitalista, elas adquirem novos contornos, sendo espaços cobiçados, de oportunidades, mas também de segregação.

No contexto da Covid-19, e particularmente no caso brasileiro, as desigualdades socioespaciais ganham destaque, porquanto estivemos diante de uma relação direta entre adversidades pré-existentes, consequências da negação de direitos e potencialização do número de infectados. Nossas vulnerabilidades são escancaradas, porque o controle da doença esbarra em dramas históricos de grupos que simplesmente não podem ficar em casa².

O distanciamento social foi adotado em vários países com o objetivo de evitar a propagação do vírus. No Brasil, ganhou força após a divulgação, em 11 de março de 2020, da Portaria nº 356, do Ministério da Saúde. A partir dela, houve uma série de decretos municipais e estaduais publicados, criando regras e restrições para a população. Somente os serviços classificados como essenciais não foram afetados.

As sugestões para o controle da pandemia evidenciam nossas contradições. Usar o álcool 70%, a máscara e evitar aglomerações chocaram com uma realidade de casas insalubres, muitos morando em espaços ínfimos e a dependência de um trabalho sem nenhum tipo de amparo, quer dizer, precarizado. Essa dificuldade de uma parcela atender às solicitações dos especialistas demonstra o quanto nossa sociedade é desigual, situação agravada pela pandemia. Oliveira ressalta:

Infelizmente, muitas questões não podem ser respondidas se não levarmos em conta que, nas ocupações precárias de baixa renda, as práticas para evitar o contágio se configuram inviáveis, por conta do histórico déficit em abastecimento de água e esgotamento sanitário, do enorme adensamento e das más condições das moradias, somados ao desemprego e aos baixos níveis de renda (2020, p.82).

Perante esse cenário, grupos invisibilizados, e nesse contexto as crianças, passam por experiências diversas. Essas particularidades precisam ser pontuadas, pois questões como o

² A alusão é referente à recomendação da Organização Mundial da saúde (OMS) “fique em casa”, tarefa difícil para a nossa realidade. Sobre o tema, a revista Piauí publicou reportagem mostrando que a maioria dos trabalhadores brasileiros não têm como opção, por exemplo, o *home office*. “Para três de cada quatro trabalhadores brasileiros, ficar em casa significa deixar de trabalhar. São 71 milhões de pessoas que não podem fazer home office, porque suas funções exigem que estejam fora de casa”. O texto destaca, ainda, que quanto menor o poder aquisitivo, menor a flexibilidade do trabalho. Fonte: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-sem-home-office/> Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.



luto, o ensino a distância e a redução do convívio social repercutem como subprodutos da pandemia. Dessa forma, este trabalho traz visões de crianças brasileiras no contexto da Covid-19, seus modos de viver e perceber os acontecimentos³.

Há diferentes formas de ser criança e vivenciar a infância. Se fizermos um recorte de classe, Oliveira ressalta: “As crianças de classes sociais mais altas têm um contato com o espaço público bastante restrito e controlado, enquanto aquelas provenientes de estratos econômicos inferiores possuem uma experiência cotidiana mais acentuada dos espaços públicos” (OLIVEIRA, 2004, apud DIAS; FERREIRA, 2015, p.9).

Seja em um contexto mais tutelado ou diante de uma liberdade acompanhada de vulnerabilidade social, elas “deparam-se com a carência de infraestrutura urbana e de equipamentos de educação, cultura e lazer” (DIAS; FERREIRA, 2015, p.9). Para além dos projetos urbanísticos e das políticas públicas, que na maioria das vezes também não as contemplam, as restrições às crianças podem ser entendidas como um sintoma da negação da cidade como bem coletivo, a ausência do Direito à Cidade em escala ampla.

Partimos da hipótese de que a produção de uma cidade acolhedora às crianças tem desdobramentos na sociedade como um todo. Desde a sua arquitetura até a segurança de caminhar pelas ruas, hostis ou não aos infantes, a cidade revela-se democrática ou excludente. Esses apontamentos não esbarram apenas nas reivindicações por planos e projetos vindos do poder público para crianças, mas delas fazerem parte, terem vez e voz, serem partícipes e reconhecidas como construtoras do espaço urbano.

A crítica sobre quais agentes usufruem e interferem efetivamente na cidade é recorrente, não só no caso das crianças, mas em relação aos outros grupos. Perpassa por temas como habitação, segurança, mobilidade, saneamento básico, educação e saúde. Apesar de o Brasil ter um robusto arcabouço jurídico sobre o tema, faltam investimentos, distribuição dos equipamentos públicos e participação popular. Por conseguinte, a Covid-19 não pode ser lida como crise isolada, exceção, mas um somatório à condição de crise permanente, isso em escala global. Sobre essa concepção, Santos esclarece:

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980– à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor

³ Este foi o trabalho final do Curso de Extensão “Vozes da Infância”, iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisa, Infâncias, Culturas, Educação e Sociedade (GEPICES), do CEFET de Nova Friburgo



estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise (2020, p.5).

Dessa forma, entendemos a Covid-19 como uma agravante de demandas prévias. Direcionando a discussão às crianças, não é exagero afirmar que a postura “adultocêntrica”, compatível aos outros períodos, prevaleceu na pandemia. O resultado dessa omissão reverberou, principalmente, de duas formas: ou as crianças viraram assunto privado à família, desaparecendo do espaço urbano, ou ficaram expostas, experimentando a cidade de forma intensa, vivendo e trabalhando nas ruas, enquanto a recomendação “fique em casa” ecoava nos meios de comunicação.

Em relação ao grupo que experimenta o espaço urbano de maneira intensa (situação de rua ou bem próxima a isso), pesquisas apontam que a pandemia piorou a violação de direitos⁴ e outras formas de violências. Além da evasão escolar, significativa entre os mais vulneráveis, o aumento de crianças em situação de risco pessoal, social e emocional se agrava⁵, confirmando a relevância de lançarmos luz sobre o tema.

No grupo tutelado no espaço público, que experimenta a cidade de modo parcial, a rotina de ir à escola, a espaços institucionais, brincar no parque e caminhar pelas ruas foi suprimida. Como mencionado anteriormente, as crianças ficaram mais expostas aos maus-tratos físicos, à violência de gênero, aos problemas de saúde mental e ao estresse psicossocial. O aumento do trabalho infantil, do abandono e separação, e da exclusão social também foram questões que despontam frente à Covid-19 (UNICEF, 2020).

Sem dúvida, a realidade individual influencia as consequências da Covid-19 para cada pequeno, mas um questionamento abrangente é se em meio aos fatos houve pausa para ouvi-los. Por ser um grupo tradicionalmente desconsiderado, é possível que a pandemia tenha intensificado seu silenciamento.

⁴ Um exemplo desse alerta é a nota técnica, emitida pela UNICEF, cujo objetivo é pontuar os riscos para a proteção da criança no contexto da quarentena e do isolamento social. Mais informações em: https://www.unicef.org/brazil/media/7516/file/nota-tecnica_protecao-da-crianca-durante-a-pandemia-do-coronavirus.pdf. Acesso em: 21 de setembro de 2021

⁵ Em dezembro de 2020, a Unicef alerta que a situação das crianças e adolescente se agrava consideravelmente no Brasil. Redução de renda, insegurança alimentar e escolas fechadas são as questões mais preocupantes apontadas na pesquisa. Mais informações em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia>. Acesso em: 21 de setembro de 2021



Por conseguinte, o objetivo geral deste trabalho é conhecer as percepções das crianças referentes à cidade no contexto da pandemia da Covid-19, amparado nos seguintes objetivos específicos: identificar os apontamentos das crianças sobre a nova rotina na cidade e detectar sentimentos, angústias e impressões das crianças diante das restrições.

Por entendermos a cidade como processo, produção cotidiana, pensamos que a pandemia deixa marcas espaciais, bem como os espaços influenciam as consequências da pandemia. Por isso, a proposta de contribuir para o debate, a partir da ótica das crianças, é uma convocação para (re)pensarmos o espaço urbano, trabalhando para prevalência da justiça e da inclusão.

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição, com seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto (LEFEBVRE, 2008, p.55).

À vista disso, a soma dos conceitos e instrumentos analíticos eleitos por este trabalho visam uma melhor compreensão do fenômeno estudado. A pandemia traz novos desafios, mas, quando esbarra em questões ligadas ao Direito à Cidade, reforça apontamentos feitos há anos por estudiosos e pessoas ligadas ao tema. Os indicativos de que o modelo das cidades, organizado para atender interesses específicos, agravam as crises foram comprovados, ou ficamos bem perto disso. Sendo assim, precisamos exaltar outros valores e outros grupos para que os espaços sejam transformados.

Demarcando sucintamente os resultados da pesquisa, as crianças destacaram a escola, que sentiram falta das brincadeiras, dos amigos e de circularem nos locais costumeiros. Revelaram expectativa em relação ao momento, tendo o vírus papel de destaque. Um convívio maior com os pais foi ressaltado como ponto positivo, apesar de mencionarem um mal-estar relacionado à rotina, por exemplo, dos deveres da escola.

Mesmo com idades diversas e morando em diferentes municípios, as restrições foram parecidas, sendo o grupo homogêneo nesse sentido. Diante da situação de incerteza, a rotina do confinamento pareceu pesar. Surgiram sentimentos mistos, contudo a esperança de um retorno seguro.

Este estudo almeja transpor a perspectiva “adultocêntrica” do contexto cidade/Covid-19. Se em tempos de normalidade o essencial à vida vira mercadoria, as cidades perdem sua função histórica e grupos sociais são excluídos, desejamos que os tempos de pandemia tragam outras reflexões e ações.



METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa descritiva e exploratória. Teve como propósito identificar as percepções das crianças referentes à cidade no contexto da pandemia da Covid-19, bem como reunir materiais para estudos posteriores. O destaque para os desenhos, falas, cartas e áudios, associados à revisão de literatura, tiveram em vista o tratamento dos dados levantados (SEVERINO, 2017), sobretudo por não pretendermos impor uma análise adulta às produções.

Nossa abordagem teve cunho qualitativo. Segundo Demartini, quando falamos de pesquisas com crianças, as experiências pessoais são importantes para alcançarmos conclusões mais abrangentes. "Acreditamos que é preciso desvendar a história de cada criança, do grupo ao qual pertence e dos grupos aos quais está ligada no momento da pesquisa para explorar a complexidade de suas vivências" (DEMARTINI, 2011, p.16).

Vale destacar que este levantamento emergiu do curso Vozes da Infância, iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisa, Infâncias, Culturas, Educação e Sociedade (GEPICES), do CEFET de Nova Friburgo, durante a pandemia⁶. No trabalho, tentamos uma aproximação entre a visão das crianças e as perspectivas teóricas e metodológicas da Sociologia da Infância, bem como da cidade como espaço socialmente produzido.

Os participantes da pesquisa apresentaram o seguinte perfil: possuem entre quatro e 11 anos, moram em diferentes municípios, com suas famílias (em situações heterogêneas) e todos têm um lar. Foi perguntado se eles gostariam de participar do trabalho e, em caso afirmativo, deixamos que escolhessem a forma de expressão (desenho, texto, conversa gravada, vídeo ou outro modo que sugerissem).

Utilizamos a livre manifestação como ferramenta, pois entendemos que estabelecer apenas um modelo limitaria os participantes. Sobre a forma de comunicar pelos desenhos, por exemplo, Sarmiento esclarece:

O desenho infantil insere-se entre as mais importantes formas de expressão simbólica das crianças. Desde logo, porque o desenho precede a comunicação escrita (na verdade, precede até a comunicação oral, dado que os bebês rabiscam antes ainda de articularem as primeiras palavras). Depois, porque o desenho infantil, não sendo apenas a representação de uma realidade que lhe é exterior, transporta, no gesto que o inscreve, formas infantis de apreensão do mundo – no duplo sentido que esta expressão permite de “incorporação” pela criança da realidade externa e de “aprisionamento” do mundo pelo acto de inscrição – articuladas com as diferentes fases etárias e a diversidade cultural. Nesse sentido o desenho infantil comunica, e fá-

⁶ O curso de extensão ocorre de forma *on-line*, entre os meses de agosto e setembro de 2020. Vale frisar que no período a maioria das escolas estavam fechadas.



lo dado que as imagens são evocativas e referenciais de modo distinto e para além do que a linguagem verbal pode fazer (2011, pp. 28 e 29).

Através dos desenhos, as crianças materializam sentimentos, pensamentos e angústias. O recurso ajuda, também, os que não dominam a linguagem escrita, caso de alguns participantes. Tal como os desenhos, outros tipos de produções foram bem-vindos.

Para organizar os resultados, elencamos perguntas-chaves: (1) Qual a forma de expressão da criança? (desenho, texto, conversa gravada, vídeo, outra) (2) Na escuta, há alguma referência sobre a escola? (3) A criança tem recursos para estudar em casa? (4) Há referência aos amigos na escuta? (5) A rotina na cidade é retratada? (6) A criança faz referência aos espaços públicos? (7) Aparecem sentimentos relacionados ao presente? (8) E ao futuro?

Nas conversas com os participantes, e antes de realizar as escutas, estabelecemos, de maneira informal, direcionamentos. Utilizamos o método não diretivo, quando "o entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente". (SEVERINO, 2016, pp.116-117).

Sugerimos que cada criança escolhesse um apelido. Em alguns casos, elas escolheram o próprio nome. Quando isso ocorreu, colocamos nomes fictícios ou pseudônimos para preservação do anonimato.

Apesar de entendermos a importância das abordagens presenciais, e em pesquisas futuras ser esse o nosso foco, o contato *on-line* garantiu o cumprimento de um dos protocolos sanitários da OMS no período, o distanciamento social. Para isso, contamos com o auxílio de familiares e do *Google Meet*. Apesar da troca a distância, fizemos interações, e nelas buscamos a atitude do "adulto atípico", proposta por Corsaro (2011), na tentativa de alcançar a confiança das crianças.

Em suma, a conjuntura da quarentena direcionou o método deste trabalho. Se em outros momentos, levantamos discussões sobre a importância de as crianças andarem a pé na cidade e se apropriarem dos espaços públicos, as adaptações impostas pela Covid-19 trouxeram outras reflexões. As relações no tempo e no espaço passaram por novos arranjos, demonstrando como "as doenças desenham as cidades" (OLIVEIRA, 2020, p.83) e também os trabalhos de pesquisa.

Elevar as crianças a protagonistas foi inspirada na Sociologia da Infância. A intenção foi posicioná-las não apenas como objeto de pesquisa no espaço cidade, mas como agentes ativos, capazes e plurais. "Ouvir essa voz em que as crianças 'revelam' (no sentido fotográfico do termo) as formas de vida da (na) cidade é um aspecto central para o conhecimento das crianças e das cidades" (SARMENTO, 2018, p. 234).



Não pretendemos esgotar o assunto, pois reconhecemos sua complexidade, mas contribuir com a discussão. Para tal, as escutas podem ser um começo, não só para a reflexão de uma conjuntura específica, mas para debatermos as cidades e a importância de todos os agentes na sua produção, principalmente os grupos sociais excluídos.

Como afirma Sarmiento, a pesquisa com crianças abarca uma gama de possibilidades "O estudo da produção infantil e não apenas a análise dos produtos, quando possível, amplia a compreensão dos actos que conduzem à expressão plástica e à flexibilidade infantil sobre ela" (2011, p.53). Esse foi o esperado, colocar suas vozes como elemento central, não apenas um resultado da reflexão adulta. Uma pesquisa com crianças, não sobre crianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho é um esforço transdisciplinar que procura articular a ideia-força do Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2008) às reflexões da Sociologia da Infância (CORSARO, 2011; QVORTUP, 2014; SARMENTO 2011, 2014, 2018).

Entendido como horizonte epistemológico, caminho para superação do modo de produção capitalista, o Direito à Cidade confronta a lógica do valor de troca, descortinando possibilidades para um cenário aparentemente imutável. Retoma a cidade como obra dos seus habitantes, devendo a mesma servir às necessidades das pessoas, não apenas do capital. Sobre a proposição, Lefebvre ressalta:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (2008, p.125).

Sob a perspectiva de entender o espaço não apenas como receptáculo, mas como um conjunto de fenômenos que perpassa por várias relações, o autor ressalta uma produção espacial para além do plano físico. Envolve uma tríade: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido (LEFEBVRE, 2006). Diante disso, conhecer o cotidiano das crianças, lugar onde o capitalismo se faz e refaz, é revelar as espacialidades, despindo detalhes invisibilizados em meio à cidade capitalista.

Trazendo para o contexto brasileiro, Corrêa aponta quais são os agentes produtores da cidade: "(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos." (2005, p.12). Nesta pesquisa, posicionamos as crianças no último grupo, pois



raramente elas têm vez e voz, mesmo quando falamos de governos que reivindicam um espectro de esquerda. De modo geral, as crianças pouco são chamadas para as discussões.

Concebemos as crianças como atores sociais criativos, transformadores e múltiplos. Dotadas de saberes e percepções próprias. Juntas a outros agentes, são produtoras do espaço urbano e, ao mesmo tempo, recebem sua influência. Apesar de representarem parcela significativa da população, sua ausência nas discussões, fruto da concepção de elas serem processo, “vir a ser”, traz resultados, distanciando o projeto de uma cidade acolhedora a todas e todos.

Provocar reflexões sobre a pandemia, tendo como protagonistas as crianças, é uma escolha orientada pelas lições de Sarmiento. Diferente dos habituais relatos e observações sobre crianças, buscamos um estudo com crianças.

Ouvir a voz das crianças: esta expressão condensa todo um programa, simultaneamente teórico, epistemológico e político.

O programa teórico assenta na constatação de que as crianças têm sido silenciadas na afirmação da sua diferença ante os adultos, e na expressão autónoma dos seus modos de compreensão e interpretação do mundo [...]

O programa epistemológico manifesta-se na ideia, cara à abordagem socioantropológica da infância, de que entre o mundo adulto e as crianças existe uma diferença que não é apenas de nível de registro ou de maturidade comunicativa, mas radica na alteridade da infância, insusceptível de ser resgatada pela memória que os adultos possuem das crianças que foram, mas que se exprime na peculiar organização do simbólico que a mente infantil e as culturas da infância proporcionam. O programa político exprime-se na constatação de que as crianças permanecem excessivamente afastadas dos núcleos centrais da decisão sobre aspectos que dizem respeito às condições colectivas de existência e que esse afastamento, sendo a expressão de dominação adulta, é um modo de hegemonia e controle, cujo resgate não encontra outra possibilidade senão precisamente por tornar presente a voz da criança na participação social e na decisão política (SARMENTO, 2011, pp. 27 e 28).

Muitos são os desafios quando a proposta é desenvolver trabalhos com crianças. O impasse entre um pesquisador adulto, com suas construções e vivências, aspirando o acesso a um período distante, deve ser demarcado. Por isso, a postura do “adulto atípico”, orientada em Corsaro (2011), aparece como caminho na tentativa de amenizar a barreira geracional. Tentamos adotá-la. No entanto, não temos a ilusão de que as crianças ficaram totalmente à vontade sob nosso olhar, ainda mais pelo papel ativo dos familiares na pesquisa.

A ênfase para o termo crianças, no plural, ambiciona uma discussão que ultrapasse uma classificação meramente cronológica, a criança no sentido biológico. Buscamos a “pluralidade de crianças como um grupo, ou uma coletividade, mais ou menos coesa, incluindo o conjunto estatístico ‘crianças’” (Qvortrup, 2014, p.25).

Nesta pesquisa, utilizamos, ainda, autores como Demartini (2002, 2011), Dias e Ferreira (2015). Através deles, subsidiamo-nos das ferramentas metodológicas utilizadas neste trabalho.



Além de indicarem maneiras de aproximação e diálogo com o grupo escolhido, esses textos trazem à investigação reflexões sobre sua inserção espaço urbano. Também suscitam pontos referentes à participação e apropriação da cidade. Essas bibliografias dão pistas do quanto é necessária uma virada epistemológica quando o assunto são pesquisas norteadas pela proposta aqui presente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dorama tem 10 anos e mora em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Não quis desenhar, nem escrever, optou por conversar. A fins de registro, gravamos sua fala. A escuta ocorreu em setembro de 2020.

Em relação à escola, Dorama disse: “Estou fazendo aquela apostila. Não está sendo muito bom não. Eu prefiro coisas mais Waldorf, mas eu sou obrigada a fazer. Infelizmente”. Ela possui recursos para estudar *on-line* e acessa as aulas.

Sobre os amigos, pontuou “De vez em quando converso com a minha amiga. A gente faz uma chamada, mas eu estou nesse período que não falo com ninguém. Fico vendo Dorama direto. Dorama são séries coreanas”.

Na rotina da família na cidade, destacou:

Na minha família está tudo bem. Meu pai e minha avó estão se cuidando. Agora, meus outros avós estão dando trabalho. Minha avó de vez em quando quer sair, mas ela sabe que não pode. O meu avô é que já fugiu algumas vezes. Foi até em uma promoção de calça. Acho uma viagem total. Não faz sentido comprar calça pra não sair!

Excluindo a rua, cuja menção foi relacionada a seu avô, Dorama não citou espaços públicos. Neste trabalho, entendemos o espaço público como o “lugar que está aberto a toda a sociedade, ao contrário do espaço privado, que pode ser administrado ou até fechado segundo os interesses do seu dono”⁷. À título de exemplo, citamos as praças, os parques, os jardins públicos e a rua.

Sentimentos em relação ao presente surgiram: “De vez em quando rio de nervoso, igual à quando você está vendo uma série (risos). Mas estou bem! Já me acostumei a ficar em casa. Vai ser triste quando tiver que voltar pra escola. Desacostumei de acordar cedo, fazer tarefa (risos). Mas, vai ser bom ir também”. E sobre o futuro: “Não sei, não penso no futuro não. Penso mais agora. Mas vai ser bom sair de casa de novo”.

⁷ Definição do site Conceito.de Disponível em: <https://conceito.de/espaco-publico> Acesso em: 18 out. 2021.



Quando estávamos encerrando e nos despedindo, a menina falou: “Não me lembro muito de como as coisas eram antes da quarentena não. A escola, o que eu fazia. Parece que eu nasci e vou morrer na quarentena”.

Jujuba tem 8 anos e mora em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Não quis desenhar, nem escrever, quis gravar um vídeo. A escuta ocorreu em setembro de 2020.

Em relação à escola, destacou: “Estou estudando. Tem aula pelo Zoom e no Whatsapp. É muito chato. Queria estar na escola”. Também falou sobre os amigos: “Converso com minhas amigas no celular”. A criança possui recursos para estudar *on-line* e acessa as aulas.

Sobre a rotina da família na cidade, pontuou: “Minha família está bem. Mamãe não está mais estressada com as aulas *on-line*. Meu pai está bem, mas trabalhando muito de 99 pra ganhar dinheiro”.

Jujuba não fez referência aos espaços públicos.

Os Sentimentos em relação ao presente foram os seguintes: “Minha vida está um tédio. Estudo, brinco no celular, brinco com a mamãe e brinco com meu pai”. Também se posicionou em relação ao futuro: “Acho que a vacina vai chegar logo e iremos para a escola. E aí as pessoas vão parar de tirar e colocar máscara, e de forçar a gente a passar álcool em gel gosmento”.

ÁD tem 5 anos e mora em Rio das Ostras, Rio de Janeiro. ÁD preferiu desenhar (figura 1) e explicar o desenho. A escuta ocorreu em setembro de 2020.

Figura 1



Fonte: desenho de ÁD



Segue a fala de ÁD:

Eu estou preso dentro de casa, tomando sorvete e assistindo televisão. Eu estou preocupado, porque as outras pessoas estão na rua, na praia. Todo mundo sem máscara, só tem uma pessoa de máscara, e todas as outras estão sem. E do lado tem uma moça que está muito triste vendo as pessoas sem máscara, na praia, na rua, porque ela está na porta do hospital, e a família dela está no hospital “dodói”.

Atendendo às perguntas-chaves, obtivemos as seguintes respostas: não houve referências a escola e amigos. Como a família mudou de um município para outro, a matrícula de AD não ocorreu no ano de 2020. Segundo os pais, quando fariam, começou a pandemia. Diante disso, optaram por esperar. Caso precisasse, a criança teria o celular para estudar *online*,

Ele revelou sua rotina na cidade. No desenho, apareceu dentro de casa, de máscara, e o vírus teve destaque do lado fora. Houve referência a dois espaços públicos, a praia e a rua. O desenho enfatizou o tempo presente, sem menções ao futuro. Revelou impressões e sentimentos relacionados aos dias da escuta.

Hulk tem 4 anos e mora em Jundiaí, São Paulo. Preferiu falar, por isso realizamos uma gravação. A escuta ocorreu em setembro de 2020.

Em relação à escola, Hulk falou: “Estou com muitas saudades da escola. Quando as aulas vão voltar, você sabe?”. Dos participantes, foi o que apresentou maior vulnerabilidade social. Ele acessa as aulas pelo celular.

Pontuou sobre os amigos: “Eles estão no grupo da escola, às vezes a mamãe faz atividades, tira fotos e manda no grupo”. Não houve detalhes sobre a rotina de Hulk na cidade, só em casa, sem menção aos espaços públicos.

Indicou sentimentos relacionados ao presente: “Eu fico em casa. Meu primo vem aqui pra brincar. A tia mora aqui do lado”. Quando citou “tia”, reportou-se à professora. Em relação ao futuro, a criança disse: “Eu quero que o coronavírus acabe, quero voltar para a escola, correr, brincar e ver os amigos e a tia”.

Dodi tem 6 anos. Mora em Niterói, Rio de Janeiro. Optou por desenhar (figura 2). A escuta ocorreu em setembro de 2020.

Figura 2:



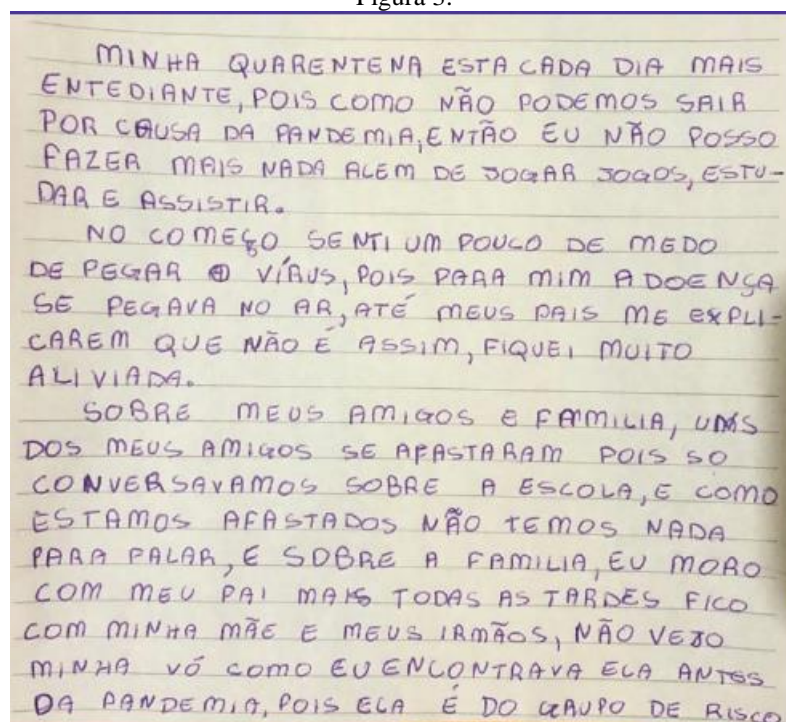
Fonte: desenho de Dodi.

Atendendo às perguntas-chaves para sistematização dos resultados, obtivemos as seguintes respostas: sobre a escola, além de destacá-la no desenho, escreveu sobre a saudade que sentia. Não há referência aos amigos. Dentro da casa, apareceu parte da rotina de Dodi: sentada em uma cadeira, em frente ao computador. Não houve menção aos espaços públicos.

A produção enfatizou o tempo presente, sem alusão ao futuro. O desenho foi sobre suas impressões e sentimentos nos dias da escuta.

Anne tem 11 anos. Mora em Louveiro, São Paulo. Optou por escrever uma carta (figuras 3 e 4) e desenhar (figuras 5 e 6). A escuta ocorreu em setembro de 2020.

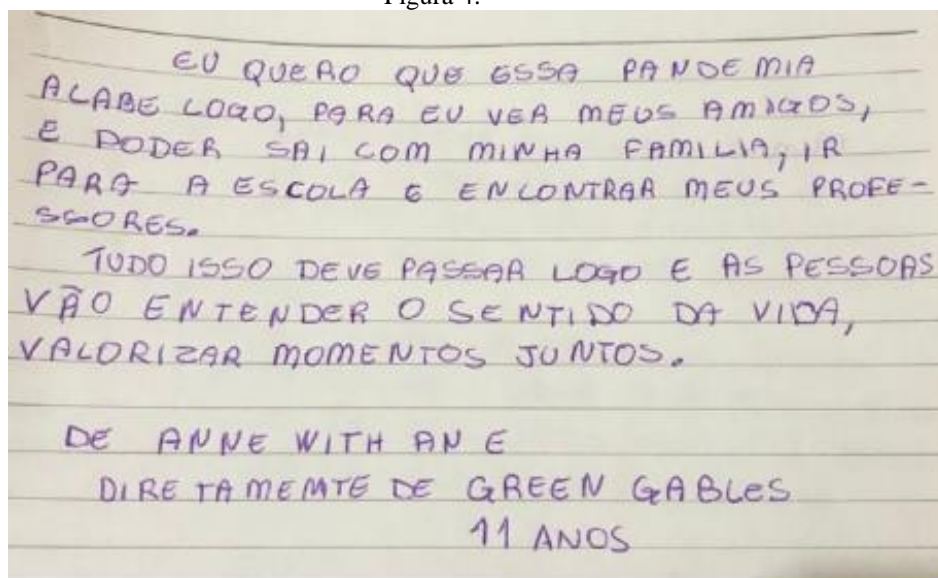
Figura 3:



Fonte: carta da Anne.



Figura 4:



Fonte: carta da Anne.

A única criança a produzir uma carta foi Anne. De todos os participantes, ela é a mais velha. Sobre esse tipo de expressão, Demartini ressalta:

Os escritos das crianças e jovens constituem registros autobiográficos de seus processos de formação escolar, permeado pelas teias de significados atribuídos pelos respectivos grupos à escola, suas formas de preservação da cultura própria, dos vários nacionalismos, assim como as tentativas de inserção na sociedade mais ampla (2011, p.20).

Ao longo da História, muitas foram as vezes em que crianças e adolescentes escolheram cartas, livros ou diários para registrar acontecimentos⁸. Expressar sentimentos e angústias nem sempre é fácil, entretanto essa ferramenta pode ajudar, principalmente, crianças com idade mais avançada e adolescentes. Pode ser vista, também, como um exercício de reflexão, sendo uma forma de organizar e entender os fatos.

⁸ Como exemplos, temos o conhecido “Diário de Anne Frank”, quando Anne Frank escreve suas vivências durante a Segunda Guerra Mundial, e o “Eu sou Malala”, livro escrito por Malala Yousafzai, pessoa mais jovem do mundo a receber o Prêmio Nobel da Paz.



Figura 5



Fonte: desenho da Anne.

Figura 6



Fonte: desenho da Anne.



Atendendo às perguntas-chaves de sistematização dos resultados, obtivemos as seguintes respostas: na carta, Anne falou sobre a monotonia da quarentena, associando isso, dentre outros pontos, ao fato de só poder “estudar e assistir”. Revelou, ainda, uma ansiedade pelo fim da pandemia para ver os amigos, voltar logo à escola e encontrar os professores. Ela possuía recursos tecnológicos e estava com acesso às aulas.

A escola apareceu associada à rede de amigos de Anne. Ela falou sobre o distanciamento de alguns, pois o vínculo era reduzido àquele espaço. Como as aulas presenciais estavam suspensas, afirmou não ver mais ninguém.

A rotina apareceu tanto na carta quanto no segundo desenho. Na carta, Anne registrou que morava com o pai, “mais todas as tardes fico com minha mãe e meus irmãos, não vejo minha vó como eu encontrava ela antes da pandemia, pois ela é do grupo de risco”. No desenho, apareceu ouvindo música na cama. Ela não mencionou os espaços públicos.

Destacou o medo de pegar o vírus, mas disse que com a explicação dos pais ficou “muito aliviada”. Apontou uma quarentena entediante e finalizou a carta com o desejo de as restrições acabarem logo. Apesar da angústia, revelou a esperança de o momento trazer lições “as pessoas vão entender o sentido da vida, valorizar momentos juntos”.

Anne também produziu um desenho, mostrando um espaço com árvores derrubadas e poluição, e, ao lado, um espaço natural. Possivelmente, estabeleceu algum tipo de correlação com a pandemia. Esse destaque nos fez lembrar da fala de Santos, sobre como a humanidade, em nome do lucro, tem acabado com as condições de vida no planeta, bem como do papel pedagógico da Covid-19:

A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. Ora, uma das características essenciais deste modelo é a exploração sem limites dos recursos naturais. Essa exploração está a violar de maneira fatal o lugar da humanidade no planeta Terra. Esta violação traduz-se na morte desnecessária de muitos seres vivos da Mãe Terra, nossa casa comum, como defendem os povos indígenas e camponeses de todo o mundo, hoje secundados pelos movimentos ecologistas e pela teologia ecológica. Essa violação não ficará impune. e. As pandemias, tal como as manifestações da crise ecológica, são a punição que sofremos por tal violação. Não se trata de vingança da Natureza. Trata-se de pura auto-defesa (SANTOS, 2020, p.23).

De uma forma geral, os resultados mostraram crianças tuteladas na cidade. Mesmo em outros tempos, elas experimentam o espaço de maneira controlada, fragmentada, o que pode ser entendido como um distanciamento do Direito à Cidade. A maioria faz parte do que Dias e Ferreira chamam de “geração banco de trás” (KARSTEN, 2005 *apud* DIAS; FERREIRA,



2015), o que nos faz pensar o quanto a urbe tem sido negada, mesmo quando falamos de grupos com recursos financeiros maiores.

As produções destacaram a saudade da escola, das brincadeiras, dos amigos e de circular livremente. Sobre esses movimentos, verificaram-se apontamentos mais direcionados a espaços institucionalizados e menos a espaços públicos. O vírus foi destaque nas escutas, demonstrando que as crianças não estavam alheias ao problema. Também realçaram um convívio familiar maior.

Todas as escutas fizeram referência às mudanças impostas pela pandemia, uma espécie de pausa do cotidiano. Mesmo em cidades diferentes, as restrições pareceram parecidas. Diante da situação de incerteza, a rotina pareceu pesar. Queixas ocorreram, desabafos, mas também a esperança de um retorno em breve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Covid-19 pode simbolizar um marco para reflexão das nossas relações com o espaço urbano. A qualidade dos locais onde as pessoas moram, as limitações das crianças a espaços institucionais e todos os tipos de segregação demonstram o quanto produzimos cidades fragmentadas, mas que no cotidiano se tornam parte da paisagem. Por isso, nossa proposta é descortinar um grupo invisibilizado socialmente, mas diretamente impactado pelas consequências da pandemia: as crianças.

Este trabalho levantou dados sobre as vivências desses agentes no cenário atual. As mudanças nos ritmos e no cotidiano dos pequenos, bem com o isolamento social e as recomendações da OMS, suscitaram a escuta dessas vozes. A cidade na pandemia, sob as perspectivas das crianças, gerou medo, restrições e saudades. O impacto desse cenário ainda não está claro, mas alertamos para os subprodutos dos tempos de pandemia.

Seja no âmbito psicológico ou físico, a Covid-19 trará consequências, inclusive para o grupo evidenciado neste estudo. Nossas escutas trazem pistas sobre esse futuro, mas sabemos que há situações variadas ocorrendo no Brasil. Estatísticas apontam para um aumento significativo da violência infantil, fora as prováveis subnotificações. Há muito a se investigar e discutir sobre o tema.

Entendemos que os objetivos deste trabalho foram alcançados. Mesmo sendo uma pesquisa qualitativa, com abrangência restrita, as escutas são amostras que podem acrescentar ao debate. Pandemia, crianças e cidades parecem indissociáveis, até para enfrentarmos outros desafios.



Não temos previsão de um retorno total à rotina anterior, mas sugerimos uma reflexão sobre esse retorno. O ideal seria priorizarmos outros valores, tomando o Direito à Cidade como horizonte. Que as cidades revisitem sua função histórica de lugar do encontro, prevalecendo seu valor de uso, a inclusão das pessoas, com espaços onde a igualdade e o bem-estar representem um propósito. Como ponto de partida, sugerimos a escala das crianças.

A preocupação de darmos visibilidade aos grupos sociais excluídos está posta. Pesquisas sobre o tema, seja no contexto da pandemia ou em outros momentos, podem suscitar novos olhares na busca de cidades mais democráticas. A proposta é o protagonismo para as crianças, não apenas em momentos específicos, mas de forma permanente.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEMARTINI, Z. de B. F. Diferentes infâncias, diferentes questões para a pesquisa. In FILHO, Altino J. M.; PRADO, Patricia D (Orgs) **Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. Infância, Pesquisa e Relatos Orais. In: FARIA, Ana Lúcia de; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, Patricia D. (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. **Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.17, n.3, p.118-133, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

OLIVEIRA, F. B. Como repensar as cidades a partir da pandemia do coronavírus. In: BORGES, A.; MARQUES, L. **Coronavírus e as cidades no Brasil**. Outras Letras. Edição do Kindle. 2020.

QVORTRUP, J. **Visibilidades das crianças e da infância**. Linhas Críticas, vol. 20, núm. 41,



enero-abril, 2014, pp. 23-42: Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SARMENTO, M. J. **Infância e cidade: restrições e possibilidades**. Educação, vol. 41, núm. 2, Maio-Agosto, 2018, pp. 232-240: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

_____. Metodologias Visuais em Ciências Sociais. In L. L. Torres & J.A. Palhares (Org). **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação**. V. N. Famalicão: Húmus; pp. 197-218. 2014.

_____. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In A. J. Martins Filho & P.D. Prado (Orgs) **Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo; Cortez, 2017.

UNICEF. **Nota Técnica: Proteção da Criança durante a Pandemia do Coronavírus**, Versão 1, Março de 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/7516/file/nota-tecnica_protecao-da-crianca-durante-a-pandemia-do-coronavirus.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2021.